

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS REFLEXOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA DAS POLÍTICAS IGUALITÁRIAS DE PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE.

Raquel Guiomar Conrado Guenes¹

José Marciano Monteiro²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o papel do ensino de Sociologia na promoção de uma educação inclusiva que favoreça a inserção social das pessoas com deficiência. Parte-se da compreensão de que as deficiências não se restringem a aspectos biológicos, mas são também construções sociais, marcadas por lutas contra o capacitismo, a exclusão e as desigualdades. A pesquisa adota metodologia bibliográfica, fundamentada nos aportes teóricos de Alain Touraine, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. Touraine contribui com a defesa de uma convivência democrática, plural e harmônica na sociedade, enquanto Bourdieu e Passeron evidenciam o papel da escola tanto na reprodução quanto na superação das desigualdades sociais, a depender de seu compromisso crítico. Também se realiza uma análise das políticas públicas existentes voltadas à inclusão de pessoas com deficiência. Os resultados apontam a persistência de mecanismos naturalizados de invisibilidade social no cotidiano escolar e na dinâmica social mais ampla, os quais dificultam a plena inclusão e a participação cidadã desses sujeitos. Nesse contexto, o ensino de Sociologia revela-se fundamental para a desconstrução de paradigmas excludentes, ao promover a reflexão crítica sobre as estruturas sociais, o reconhecimento da diversidade, os princípios da educação inclusiva e a valorização das diferenças como condição essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária, justa e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão social, deficiência, educação inclusiva, ensino de sociologia, sociedade.

Introdução

Para que uma sociedade seja igualitária e justa, é indispensável a construção de políticas públicas. Nas sociedades modernas, marcadas por desigualdades de acesso, as políticas públicas são, em grande medida, responsáveis por garantir o envolvimento dos sujeitos — em especial das minorias — no mundo social.

¹ Mestranda pelo Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia em rede nacional – PROFSOCIO na linha de pesquisa: Práticas de ensino e conteúdos curriculares. raquelguenesravy12@gmail.com

² Prof. Dr. em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professor Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. E-mail: jose.marciano@professor.ufcg.edu.br



A seção de Metodologia descreve a abordagem qualitativa e teórico-bibliográfica adotada, detalhando as estratégias de seleção e análise das fontes. Na Breve Revisão Bibliográfica, são apresentados os principais referenciais teóricos que fundamentam a discussão, com destaque para autores como Bourdieu, Touraine e Freire. Por fim, nas Considerações Finais, são retomadas as principais reflexões do estudo, destacando-se a



Educação Inclusiva e a sociologia como mecanismo de transformação Social

Assim, há cerca de dez anos, surgiu a Lei nº 13.146/2015 — a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) —, fruto de lutas e movimentos sociais comprometidos com o combate às discriminações e com a defesa dos direitos e da acessibilidade das pessoas com deficiência.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, art. 27).

A inclusão não se limita a um processo restrito ao ambiente escolar, mas deve estender-



Assim, propõe-se um diálogo constante para o fortalecimento e a construção de parcerias entre família, escola e Estado, rompendo com todas as práticas que retiram, de fato, o papel das instituições de ensino na formação social. Ou seja, a escola não deve ser um espaço excludente ou colaborativo na reprodução de violência, preconceitos e desigualdades, pois “junto ao Estado, à família e à sociedade” o ambiente escolar tem como função “assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 2015).

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, art. 27).

Ainda assim, é possível dialogar na sociologia sobre a forma como os sujeitos são obrigados a reproduzir desigualdades impostas pelos padrões do modelo estrutural social, especialmente pelo mercado de trabalho, que favorece a imposição da cultura legítima para a



O ensino de sociologia e a luta pelo reconhecimento e cidadania inclusiva

Consequentemente, reforça-se que, para a construção da igualdade, é necessário romper com as desigualdades reproduzidas nos diferentes espaços sociais, sobretudo naqueles que são base de conhecimento, aprendizagem e formação cidadã, como a escola — na qual ninguém pode ficar excluído. Para tanto, as políticas de inclusão foram criadas com o objetivo de impactar a redução seletiva dos sujeitos excluídos, tendo sido construídas com base em lutas por igualdade social.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) representa um avanço fundamental para a cidadania plena das pessoas com deficiência, tendo sido elaborada com base na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2015).

Ao construir uma análise sociológica sobre a inclusão de sujeitos com deficiência, é preciso discutir os diferentes modelos teóricos: médico, social e biopsicossocial, e compreender como cada um influencia a forma como a sociedade percebe as pessoas com deficiência e garante seus direitos. Essa compreensão implica refletir sobre as concepções de sociedade, poder e cidadania, onde se é possível dialogar sobre o modelo médico, enriquecido pelos



Assim, os três modelos devem ser observados na sociologia crítica das relações sociais dos sujeitos, especialmente em relação a poder, cultura e exclusão, conforme as reflexões de Bourdieu e Touraine. Visto que, a visão sociológica da deficiência rompe com a compreensão tradicional do modelo biomédico, o qual tende a sustentar práticas de segregação,



Um olhar sociológico crítico sobre a exclusão de pessoas com deficiência permite compreender como a própria sociedade constrói a deficiência, produzindo barreiras físicas, culturais e simbólicas que limitam a participação em diferentes espaços. Na educação, essa reflexão se articula com a *pedagogia das diferenças* de Skliar, que problematiza a normatividade: a pedagogia da diferença deve questionar a homogeneização e romper com a expectativa de que todos se ajustem a um padrão universal (Skliar, 2003).

Nessa perspectiva, é preciso valorizar os saberes produzidos “nas margens” e nas experiências historicamente silenciadas, em que reconhecer tais saberes contribuem na construção de práticas pedagógicas, assim como, admitir que o ensino de Sociologia oferece instrumentos analíticos que ajudam estudantes a compreender que a deficiência é uma questão social e política — não apenas individual, funcional ou biológica, pois é no ensino de Sociologia que se revelam os mecanismos de dominação simbólica e estrutural que contribuem para a formulação de políticas capazes de promover efetivamente a equidade e nesse contexto, o conceito de sujeito autônomo, conforme proposto por Touraine, é central, pois trata-se de garantir a cada indivíduo o direito de participar ativamente da vida social, sem ser reduzido à sua condição física ou sensorial.

No que se refere ao direito à inclusão escolar, este tornou-se uma base sólida, uma vez que:

“A educação inclusiva deve ser uma luta contra a exclusão social e cultural. Isso implica reconhecer a diversidade como um valor, e não como um obstáculo. A escola precisa deixar de ser um espaço de normalização para se tornar um ambiente plural, que acolha e valorize diferentes formas de ser, viver e aprender” (Tomlinson, 1997).

Assim, ao desvelar os mecanismos de reprodução das desigualdades por meio da educação e ao propor uma análise crítica das instituições sociais, o ensino de Sociologia oferece importantes subsídios para a efetivação da educação inclusiva que torna-se fortalecida pelas contribuições teóricas de autores da sociologia clássica com as políticas de educação inclusiva sob a escola como espaço essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. Dessa forma, a participação igualitária das pessoas com deficiência é uma condição necessária para o reconhecimento pleno da diversidade humana e para a consolidação da justiça social.



Este trabalho tem natureza teórico-bibliográfica, inscrito em uma abordagem qualitativa, e dirige-se à análise crítica das contribuições da Sociologia para a formulação de políticas públicas inclusivas e de acessibilidade às pessoas com deficiência, com foco no campo educacional — entendido tanto como locus potencial de garantia de direitos quanto como espaço de reprodução de desigualdades sociais. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela atualidade e complexidade dos fenômenos socioeducacionais em pauta, bem como pela necessidade de interpretações aprofundadas sobre práticas, discursos e estruturas institucionais.

A pesquisa bibliográfica consolidou-se a partir de leituras criteriosas de obras clássicas e contemporâneas da Sociologia, além de estudos específicos sobre educação inclusiva. O corpus inclui legislações, políticas públicas e documentos institucionais relativos aos direitos das pessoas com deficiência, articulados a referenciais teóricos da Sociologia. Os eixos centrais são representados por Bourdieu e Touraine, em diálogo com outros autores mobilizados ao longo do trabalho, permitindo uma análise crítica da produção e manutenção de desigualdades sociais vinculadas à falta de oportunidades e aos mecanismos de exclusão.

A seleção das fontes buscou assegurar diversidade teórica e densidade crítica na discussão sobre o direito à educação na e para a diversidade. O método analítico adotado permitiu a discussão de quatro eixos principais: (I) a educação inclusiva e seus desdobramentos no ensino de Sociologia; (II) as implicações das políticas igualitárias para a participação das pessoas com deficiência na sociedade; (III) os desafios enfrentados por estudantes com deficiência no contexto escolar; e (IV) os efeitos dos padrões institucionais e avaliativos do sistema de ensino sobre as oportunidades educacionais.

A leitura das fontes foi orientada por categorias como campo, capital cultural, violência simbólica, reconhecimento, diferença, inclusão, equidade e justiça social. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões acadêmicas, subsidiando ações educacionais e fortalecendo projetos formativos comprometidos com a equidade e a justiça social para todos os sujeitos.

A análise da literatura indica que a escola, enquanto instituição social, frequentemente reproduz as desigualdades que deveria combater. Conforme demonstram Bourdieu e Passeron



(1992), o sistema educacional legitima uma cultura dominante e, ao fazê-lo, desqualifica ou invisibiliza saberes e experiências que não se ajustam a esse padrão hegemônico. Na prática, essa lógica manifesta-se em currículos inflexíveis, avaliações padronizadas, barreiras de acessibilidade física e comunicacional, práticas didáticas pouco adaptadas e ausência de formação específica para educadores — fatores que contribuem para a exclusão de estudantes com deficiência e outros grupos minoritários. Tais obstáculos revelam a urgência de revisar processos pedagógicos e infraestrutura escolar para assegurar inclusão efetiva.

O currículo tradicional, com frequência centrado em conteúdos e métodos homogêneos, desconsidera a diversidade das formas de aprendizagem e as especificidades dos estudantes com deficiência (Tomlinson, 1997). Essa padronização pode reduzir o engajamento, gerar desmotivação e alimentar sentimentos de inadequação.

De modo semelhante, avaliações padronizadas tendem a medir o desempenho de forma uniforme, sem contemplar diferentes ritmos, apoios ou linguagens de aprendizagem, o que acaba penalizando estudantes que não correspondem ao modelo escolar dominante (Skliar, 2003). Como efeito, a escola reforça rótulos e marginalizações em vez de oferecer adaptações e suportes. Outro aspecto essencial, diz respeito à ausência de acessibilidades que torna o ambiente escolar pouco acolhedor e limita a participação plena de estudantes com deficiência (Brasil, 2015).

A escola apresenta-se, historicamente e normativamente, como espaço de promoção da cidadania e da igualdade. Contudo, quando se acompanha a trajetória de estudantes com deficiência nesse espaço, emergem contradições severas entre o ideal proclamado e as condições concretas de participação. Sendo necessário instigar, no contexto escolar e por meio do ensino de Sociologia, uma reflexão crítica que evidencie os mecanismos de exclusão presentes no cotidiano das instituições.

Além disso, é fundamental recorrer aos autores que, ao longo de seus escritos, construíram uma dialética capaz de fornecer ferramentas teóricas para compreender e enfrentar essas formas de exclusão. Nesse contexto, podemos refletir também sobre a pedagogia de Paulo Freire, especialmente no que se refere à exclusão de alunos com deficiência em escolas que deveriam ser inclusivas. A crítica freiriana à chamada *educação bancária* revela uma prática pedagógica que transforma o aluno em mero receptor de informações, sem espaço para diálogo ou para a valorização de sua experiência. Embora essa crítica não tenha sido originalmente formulada para o campo da deficiência, ela permite analisar como muitos estudantes são marginalizados quando não correspondem às expectativas normativas de desempenho. Para Freire (1987), tal prática impede a construção de sujeitos autônomos e críticos, mantendo os



A exclusão de estudantes com deficiência também está associada à ausência de reconhecimento das múltiplas formas de aprender, o que acaba silenciando aqueles que não se enquadram no modelo hegemônico. Para Freire, a escuta é essencial ao processo educativo, pois promove o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. A ausência de escuta das necessidades e das vozes das pessoas com deficiência reforça sua invisibilidade. Quando a escola não dialoga com a diferença, acaba reproduzindo as desigualdades sociais e educacionais denunciadas por Bourdieu, em oposição à pedagogia da liberdade proposta por Freire.

A padronização das metodologias e do currículo escolar está longe de respeitar a diversidade e de contribuir para a construção de uma sociedade justa, especialmente para as pessoas com deficiência. Paulo Freire lembra que toda forma de dominação precisa ser superada por meio da conscientização crítica. A padronização do ensino é, em si, uma forma sutil de dominação, pois desconsidera as vivências, as vozes e os saberes dos educandos. No caso dos estudantes com deficiência, essa padronização os exclui não apenas pelo conteúdo, mas pela forma como o conhecimento é transmitido, ignorando as mediações e adaptações necessárias para sua plena participação.

Uma possibilidade de transformação dessa realidade, conforme apontam Bourdieu e Passeron (1992), começa pela reflexão crítica sobre o *habitus* e o capital cultural. Para Bourdieu, quando a escola reconhece que opera com valores e saberes socialmente condicionados, abre-se espaço para uma educação menos reprodutora e mais crítica, uma vez que “A escola não elimina as desigualdades, mas mascara o que contribui para reproduzi-las. Reconhecer isso já seria um primeiro passo para mudar”. (Bourdieu, 1998).

Por isso, é necessário afirmar que uma educação comprometida com valores democráticos e com a superação das desigualdades não pode mascarar sua tarefa de incluir. Como diria Freire, “a educação não é neutra: ou ela contribui para a libertação, ou reforça a



opressão” (Freire, 1987). No caso das pessoas com deficiência, o silêncio da escola diante de suas necessidades configura uma forma de exclusão — e cabe a todos nós romper com esse silêncio. A efetivação da educação inclusiva exige, portanto, uma transformação profunda, que envolve não apenas mudanças internas à escola, mas também uma reestruturação da sociedade. A escola deve assumir seu papel político e social por meio de políticas educacionais consistentes, organização curricular flexível, práticas avaliativas respeitosas, infraestrutura adequada, formação docente contínua e ações voltadas à superação das barreiras históricas que excluem pessoas com deficiência.

Desse modo, o ensino de Sociologia na educação básica contribui para a desconstrução das desigualdades, promovendo uma análise crítica das estruturas de poder e dialogando com a educação inclusiva, que deve ser entendida como um processo contínuo de transformação da cultura escolar e das relações sociais.

Considerações Finais

A pesquisa realizada evidencia que a educação inclusiva não deve ser compreendida apenas como uma prática pedagógica, mas como um projeto político voltado para a construção de uma sociedade democrática, plural e justa. A contribuição da Sociologia, ao identificar os mecanismos de reprodução das desigualdades e ao propor alternativas para sua superação, é fundamental nesse processo. O reconhecimento da deficiência como uma construção social possibilita romper com estigmas e preconceitos historicamente enraizados, que colocaram as pessoas com deficiência à margem da sociedade. Ao compreendê-la não como um atributo individual, mas como o resultado de barreiras sociais, culturais e institucionais, abre-se espaço para uma nova perspectiva de inclusão. Essa abordagem permite enxergar as pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, dotados de competências e capazes de contribuir ativamente para a construção de uma sociedade plural.

Para que essa realidade se concretize, é imprescindível que os sistemas educacionais adotem políticas afirmativas, práticas pedagógicas diferenciadas e programas de formação continuada para professores, tendo como eixo central a valorização da diversidade. É igualmente necessário um comprometimento político que assegure recursos, acessibilidade e o protagonismo das pessoas com deficiência. A educação inclusiva, nesse contexto, não é apenas uma obrigação legal ou uma diretriz pedagógica: ela se constitui como a expressão concreta do direito à diferença com igualdade. O ensino de Sociologia, ao revelar os mecanismos de dominação simbólica e propor alternativas inclusivas, assume um papel



decisivo na construção de uma escola mais crítica, justa e emancipada.

Assim, pode-se afirmar que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva é não apenas um imperativo ético, mas também um fundamento essencial para a efetivação da cidadania plena. Com base na perspectiva sociológica, reafirma-se o compromisso com os princípios de justiça social, igualdade e equidade, indispensáveis para a consolidação de uma sociedade que valorize a diversidade em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF.** São Paulo: EDUSP, 2003.

SKLIAR, Carlos. **A diversidade:** um princípio educativo. Revista Educação & Realidade, v. 28, n. 2, p. 85-100, 2003.

SKLIAR, C. **A invenção do outro:** Diferença, deficiência e educação. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença:** o sujeito, a linguagem e a ética. Porto Alegre: Mediação, 2003.

TOMLINSON, Sally. **Educação inclusiva: uma luta contra a exclusão social.** Porto: Porto Editora, 1997.

TOURAINÉ, Alain. **Podemos viver juntos? Igualmente diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1997.

